

ANO VII - Nº 22
NOV/DEZ 88

Cz\$ 800,00
die
sat
ISSN 0103233X

TRABALHO & SAÚDE

Orgão Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

*Adeus ano velho, feliz ano novo...
...com muito dinheiro no bolso,
saúde pra dar*

PRESERVAR



LAERTE

NESTA EDIÇÃO

Chico Mendes	Pág. 3
Turno de 6 horas	Pág. 5
Balanco sindical	Pág. 8
Garimpo	Pág.11
Trabalho penoso	Pág.12

(pag.6)

PREVIDÊNCIA

AO LEITOR

O ano de 1988 trouxe grandes perdas ao movimento sindical, não compensadas pelos pequenos avanços da Constituição. Em novembro, tropas do Exército assassinaram pelo menos três operários em greve na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Os grevistas reivindicavam aumentos salariais e implantação da jornada de seis horas, vital à manutenção da saúde dos trabalhadores em turnos alternantes. Em dezembro, latifundiários assassinaram Chico Mendes, líder sindical e ecologista acreano com trabalho reconhecido no exterior (mais que no Brasil).

O assassinato dos metalúrgicos da CSN, de Chico Mendes e de milhares de outros trabalhadores brasileiros em conflitos de terra, acidentes de trabalho e outras formas de vio-

lência demonstra mais uma vez a necessidade de imediata criação e aplicação de princípios democráticos em nosso país, aí incluídos a reforma agrária, limitação dos poderes das Forças Armadas e participação efetiva dos trabalhadores na gestão das empresas e da nação.

Esta edição de Trabalho & Saúde traz matéria sobre Chico Mendes e sua preocupação com o bem-estar da população amazônica e com a ecologia, com reflexos sobre as condições de trabalho. Este número traz também balanço da atuação de três sindicatos na área de saúde em 1988 e artigo com a história da Previdência Social no Brasil. Outro artigo procura conceituar o trabalho penoso, previsto mas não definido na Constituição.

A revista continua aberta à participação e colaboração dos leitores. Escreva. E feliz ano novo, com muitas conquistas na área de saúde.

TRABALHO & SAÚDE é órgão informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - Diesat.
COMISSÃO EDITORIAL: Francisco Antonio de Castro Lacaz, Nilton B. Branco Freitas e Antônio José de Arruda Rebouças.
DIRETOR RESPONSÁVEL: Remigio Todeschini.

CONSELHO EDITORIAL: Francisco Antonio de Castro Lacaz, Laerte Idal Szelwar e Herval Pina Ribeiro.

EDITOR: Graciliano Toni.

DIAGRAMAÇÃO: Jânio Pinheiro.

COMPOSIÇÃO: Forja Composição Gráfica, Planejamento, Assessoria e Editora Ltda. - ME. Fone: 570.7444.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Av. Nove de Julho, 584, 10º andar, São Paulo, SP, CEP 01312, fone (011) 35.1250.

FOTOLITO E IMPRESSÃO: STI Químicas de Sto. André - Fone: 444.6566

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Leny Sato, Newton B. B. Freitas, Francisco Antonio de Castro Lacaz, Remigio Todeschini, Edith Seligman Silva, Antonio José de Arruda Rebouças e Agda A. Délia.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 2.000 EXEMPLARES

DIRETORIA DO DIESAT

Comissão Executiva: Remigio Todeschini, Uriel Villas Boas, Gilberto Salviano da Silva, Sérgio Soares, Robélio Cruz da Silva, Lorival Batista Pereira, Luiz Carlos Martins de Souza, João Réus do Nascimento e Jaime José da Cunha.

Conselho Fiscal: Ertha Lucia, Marcos Antonio de Oliveira, Ronaldo Rios da Silva, Elvix José Zeferino José Antonio Amaral e Jocelino Félix Marinho.

CORRESPONDENTES

Anamaria Tambelini (RJ); Flávio Valente (SC); Carlos Valadares, José Alberto Chatinet, Anibal Muniz Silvaney Neto, Fernando Martins de Carvalho (BA); Wellington Coimbra (ES); Nilza Almeida (PR); Annie Thébaud (França); Daniel M. Berman (EUA).

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE MATÉRIAS DESDE QUE CITADA A FONTE.

NOTAS

SISTEMA ÚNICO

Projeto elaborado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília para implantação do Sistema Único de Saúde prevê dobrar os gastos com saúde no Brasil. O investimento em saúde passaria de 4% a 8% do PIB, segundo o projeto, perto de Cz\$ 16 trilhões. No papel, tudo bem, mas a intenção do governo não parece ser esta, como sugerem os cortes previstos na Operação-Desmonte.

EMPRESAS INSEGURAS

A Secretaria de Relações do Trabalho autuou perto de 190 das 210 empresas vistoriadas desde julho de 1988, em cinco operações especiais de fiscalização. Segundo a Secretaria, os problemas mais comuns são a exposição a agentes químicos e físicos, falta de proteção das máquinas, ausência de CIPAs, falta de EPIs e deficiências nos sistemas elétricos das fábricas. Tudo isso os operários sabem há muito tempo. Agora, eles querem saber quem se responsabiliza por isto...

AMIANTO

Segundo nota publicada no jornal "Notícias Populares", de São Paulo, o Programa Internacional sobre Segurança em Produtos Químicos, formado por membros

da Organização Mundial de Saúde e da Organização Mundial do Trabalho, conclui não haver (!!) "nenhum risco ao meio-ambiente em geral" causado pelo uso de cimento amianto na construção. Os freios de veículos com material à base de asbesto, segundo pesquisadores presentes ao encontro, em Roma, também não causam danos ao meio-ambiente. Os trabalhadores com asbestose pensam um pouco diferente e também fazem parte do meio-ambiente.

DEMISSÃO NA FUNDACENTRO

Elias Makaron perdeu o cargo de superintendente da Fundacentro dia 22 de dezembro. O então ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, ajudou e pressionou o Conselho Deliberativo da Fundacentro. Com a demissão de Makaron, Leon Alexandr, presidente da fundação, fica fortalecido, e com ele os empresários (Alexandr é dono de empresa de construção civil). Muitos sindicatos não gostaram da idéia.

PREVIDÊNCIA DERROTADA

Arrochou, tem que pagar. É mais ou menos esta a lógica das primeiras sentenças na justiça federal obrigando o INPS a devolver a diferença entre os benefícios pagos e os devidos até 1985. Em primeira instância, o INPS foi condenado por quatro varas federais de Justiça a restituir Cz\$ 150 milhões a 800 beneficiários que recorreram contra os reajustes diminuídos. Há mais quase dois milhões de aposentados com prejuízos a reaver.

Chico Mendes: Crônica de uma morte anunciada

Criador do "empate de derrubada", técnica usada para evitar desmatamentos, Francisco Alves Mendes Filho morreu tocado por latifundiários dia 22 de dezembro. A morte de Chico Mendes, como era conhecido, teve repercussão internacional, devido a seu papel como defensor da ecologia na região amazônica, ao lado de destacada atuação sindical.

QUASE seis horas da tarde, já escuro, Chico Mendes põe a toalha no ombro, vai até a porta dos fundos de sua casa em Xapuri, Acre, para tomar banho. Ele lembra faltar a lâmpada do banheiro, volta para casa e resmunga "vou trocar amanhã". Fala em pegar uma lanterna, desiste, volta à porta, abre-a e toma um tiro de escopeta calibre 12 no lado direito do peito. Consegue fechar a porta e cai morto, na frente da filha de seis anos de idade. Os dois policiais militares destacados para protegê-lo nada conseguem fazer. Morre um dos ecologistas e líderes sindicais mais combativos do Brasil.

Chico Mendes estava jurado de morte pelos latifundiários Darli e Alvarino Alves da Silva, procurados por homicídio no Paraná e Minas Gerais. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e do Conselho Nacional dos Seringueiros, fundador do PT no Acre, Chico Mendes, seringueiro desde os 9 anos de idade, criou a técnica do "empate de derrubada", caracterizada pela concentração de famílias de seringueiros entre os tratores usados para desmatamento e a floresta. Os seringueiros evitaram a derrubada de 1,2 milhões de hectares de mata em 15 das 45 vezes que tentaram o "empate". Um dos empates vitoriosos foi contra os irmãos Darli e Alvarino Alves da Silva, supostos mandantes do assassinato. Segundo o Sindicato de Xapuri, há mais seis seringueiros marcados para morrer na região.

Premiado pela ONU em 1985 com o Prêmio Global 500, destinado às 500 pessoas mais destacadas na defesa do meio ambiente no mundo, Chico Mendes morreu por opor-se ao avanço dos latifúndios com suas pastagens, que ameaçam destruir flora e fauna da Amazônia, matar índios e seringueiros. Em entrevista ao *Jornal do Campus*, dia 10 de julho de 1988, Chico Mendes disse que "nosso discurso não é só ecológico, mas também tem uma preocupação econômica e social". Há cerca de 165.000 seringueiros na Região Amazônica, cuja sobrevivência depende da extração do látex da seringueira, árvore encontrada na floresta.

A fórmula para garantir a ocupação racional da Amazônia e ao mesmo tempo

preservar a vida na região, inclusive de indígenas e seringueiros é criar reservas extrativistas, segundo os seguidores de Chico Mendes. O governo deveria, de acordo com eles, desapropriar a terra e conceder seu uso aos seringueiros por 30 anos, com limite para a área desmatada e o número de cabeças de gado em cada lote. "Assim eliminaríamos o latifúndio", explicara Chico Mendes antes de ser eliminado pelos latifundiários.



O trabalho sindical na região de Xapuri inclui a construção de escolas (19) e a alfabetização com uso de cartilha chamada "Poronga" (lanterna usada pelos seringueiros), inspirada no método Paulo Freire que, enquanto alfabetiza, através de elementos ligados à cultura do aluno, leva-o a defender a floresta, sua fonte de subsistência. Em Xapuri há também postos de saúde construídos pela comunidade e agentes de saúde eleitos para verificar seu funcionamento.

A liderança de Chico Mendes na região começa em 1980, após o assassinato de Wilson Pinheiro, responsável pela di-

namização do movimento sindical no Acre a partir de 1975. Chico Mendes sofrera mais seis atentados de jagunços a serviço de latifundiários da região antes de ser assassinado.

As ameaças e tentativas de assassinato não bastaram para impedir a luta de Chico Mendes. Vereador pelo PMDB antes da criação do PT, tentou duas vezes eleger-se deputado federal por este último. "Depois da última tentativa, em 1986, passei a me dedicar só à questão sindical" disse Chico Mendes ao *Jornal do Campus*, em julho de 1988.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial chamaram Chico para consultor em 1985. Em 1987, o BID suspendeu financiamentos ao governo brasileiro por causa de denúncias de Chico Mendes sobre o não-cumprimento por parte do governo brasileiro do compromisso de demarcar reservas indígenas e florestais, conforme proposta do sindicalista adotada pelos bancos internacionais na concessão de empréstimos.

No Brasil, as denúncias de Chico Mendes surtiram menos efeito. Em setembro de 1988, Chico Mendes denunciou ao Delegado da Polícia Federal do Acre, Mauro Spósito, a condição de foragidos da lei dos irmãos Darli e Alvarino Alves da Silva, que o ameaçavam de morte. Chico Mendes tinha escolta de quatro seringueiros revezados dois a dois. Passou depois a ser acompanhado por dois PMs, designados pelo governador do Estado para protegê-lo. Na hora do crime, os dois estavam dentro da casa, e não seguiram os assassinos.

Tanto a Polícia Federal quanto a Militar caçam os assassinos nas florestas da região. Há suspeitos presos e, em vista da repercussão internacional do caso e das possíveis represálias externas, deve haver condenações. De qualquer modo, as mortes no campo continuam, com criminosos impunes e cada vez maior concentração de terras. De 85 a 87, em plena "Nova República", houve 458 assassinatos conhecidos no campo. A Comissão Pastoral da Terra estima em onze os assassinatos por conflitos de terra no período de 21 de novembro a 29 de dezembro de 1988, Chico Mendes entre eles.

Conferência de Saúde do Trabalhador no Ceará

REALIZOU-SE em Fortaleza, nos dias 17 e 18 de dezembro, a II Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador. Representantes de sindicatos rurais de todas as regiões do Ceará estiveram presentes, além de vários sindicatos da capital, num total de mais de 80 sindicatos representados. Profissionais do setor de saúde e também do SINE/CE (co-patrocinador do encontro), juntamente com representantes do DIESAT e com o professor Carlos Minayo, professor da FIOCRUZ, debateram e analisaram, juntamente com os trabalhadores, a proposta para implantação da programação de Atenção à Saúde do trabalhador no âmbito do SUDS do Estado do Ceará, programação esta formulada pela Comissão Interinstitucional de Saúde do Trabalhador, vinculada à Divisão de Epidemiologia da Secretaria de Saúde daquele Estado. Enquanto aguardam a aprovação da programação pela CIS/CE (Comissão Interinstitucional de Saúde do Ceará), os trabalhadores estão se mobilizando, juntamente com alguns técnicos de saúde comprometidos com o encaminhamento de soluções para as questões de saúde, a fim de garantir que este não seja mais um plano que fique só no papel!

Os problemas existentes são gravíssimos e decorrem simultaneamente da superexploração a que são submetidos os trabalhadores, do abandono que sofrem por parte do sistema oficial de atenção à saúde, da falta de fiscalização dos ambientes de trabalho e das condições gerais de vida extremamente difíceis, enfrentadas por essa população trabalhadora. Denúncias muito sérias foram formuladas pelos sindicalistas, das quais destacamos alguns:

a - Em várias regiões a única assistência médica existente é a dos Ambulatórios instalados pelas próprios sindicatos. Desde Setembro o INAMPS parou de repassar as verbas para funcionamento destes serviços, o que está ameaçando a continuidade dos mesmos, pois não dá mais para funcionar sem pagar pessoal contratado, médicos, dentistas, enfermeiras, etc. e pagar as demais despesas.

b - A política de saúde do trabalhador formulada nos documentos e discursos da esfera federal não teve até aqui nenhuma concretização do Estado do Ceará.

c - Ocorrem freqüentes intoxicações a partir da resina da *castanha de cajú*, sendo as maiores vítimas as trabalhadoras deste setor. Essas trabalhadoras também são submetidas a outras condições de trabalho insalubres e perigosas: carregam caixas de enorme peso e por isso apresentam muitos problemas de colu-

na; a exigência de produção alta faz com que se cortem com freqüência, e mais revoltante que tudo existem empresas que exigem *laqueadura* das trompas (ligadura) para que elas obtenham ou mantenham os empregos. Muitas trabalhadoras da castanha têm tido interações psiquiátricas por causa das conseqüências mentais das duras condições de trabalho. Em contrapartida, o INAMPS, em suas perícias, não reconhece os problemas de saúde acarretados pelo trabalho nas fábricas de beneficiamento da castanha de cajú, apesar de existirem estudos científicos comprovando os males causados.

d - Os acidentes de trabalho ocorrem em freqüência ascendente, mas geralmente inexistente *fiscalização* da D.R.T. nas áreas rurais. Os trabalhadores exigiram uma normatização urgente da fiscalização e seu efetivo cumprimento - seja pela D.R.T. seja por novos dispositivos que coloquem a fiscalização vinculada ao próprio SUDS. Foi proposto, também, que as unidades básicas de Saúde (Centros e Postos de Saúde), atuando de forma conjunta com os Sindicatos, promovam a fiscalização dos locais de trabalho das respectivas áreas geográficas.

e - Há muitas vítimas dos *agrotóxicos* e nenhuma proteção estabelecida.

f - As picadas de cobra ainda são causa de morte com freqüência entre os trabalhadores do campo, e isto porque muitas vezes falta soro antiofídico nos serviços locais de saúde.

A violência dos despejos de que são vítimas os pequenos proprietários é um

problema tanto político como de saúde mental: muitas pessoas, após sofrer traumas a partir da expulsão de suas casas e terras, passam a ter "doenças dos nervos". Um representante sindical afirmou: "Redistribuição de terra é o remédio contra a pior doença do Brasil que é a fome!"

Outra séria denúncia diz respeito aos abusos de certos políticos que jogam com o chamado tráfico de influência para discriminar os que não são seus eleitores, impedindo o acesso destas pessoas aos leitos hospitalares e à distribuição de leite do programa governamental.

A situação dos agricultores que trabalham com o gado leiteiro: geralmente não têm carteira assinada, o que facilita a superexploração! Por exemplo, de modo geral quem trabalha na agricultura, começa às 6 da manhã e vai até as 18 horas! Um dos presentes relatou que "os leiteiros trabalham 16 a 17 horas por dia com o gado, pra ganhar 2 a 3 mil cruzados (antigos) por dia!"

O sistema de benefícios foi muito criticado. A urgência é de salários mais dignos e não de monetarização dos riscos de vida e acidentes. Como disse um dos sindicalistas presentes: "Do jeito que estão as coisas, no Brasil o adicional de insalubridade é taxa pra morrer mais cedo!"

A participação efetiva dos trabalhadores em todos os níveis de decisão concernentes ao SUDS e à fiscalização das condições de trabalho foi consenso geral e figurou no documento final da II Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador.

Diesat fiscaliza convênio

BRASIL e Itália devem começar em breve programa de intercâmbio técnico na área de saúde do trabalho, através de convênio entre a CGIL, entidade sindical italiana, e entidades governamentais brasileiras, como a Secretaria de Estado da Saúde, de São Paulo. O acordo prevê a ida de técnicos brasileiros à Itália para cursos de aperfeiçoamento, vinda de técnicos italianos, doação de equipamentos italianos para verificação de ambientes de trabalho e condições físicas dos trabalhadores e montagem de banco de dados na área de saúde do trabalhador.

A CGIL, que no caso intermedia dinheiro do governo italiano, considerou melhor trabalhar com instituições de governo que com entidades sindicais, mas, segundo Marco Biocca, médico do Istituto Superiore di Sanità, em Roma, é fundamental que os trabalhadores fiscalizem a

execução do acordo, que propicia ao governo grande poder político através do controle das entidades escolhidas para participar do convênio.

Biocca pode ser o coordenador do projeto no Brasil e convida o Diesat e movimento sindical em geral a participar de todo o processo de implantação e desenvolvimento do convênio. A Secretaria de Saúde deve fornecer os meios para realização do projeto, com pessoal e instalações, enquanto a Itália entra com as bolsas de estudo, técnicos especializados e equipamentos, inclusive microcomputadores para formação de setor de documentação em saúde do trabalho.

O movimento sindical deve estar atento para não permitir o desperdício das verbas envolvidas em atividades contrárias às necessidades dos trabalhadores. O Diesat estará fiscalizando.

Turno de seis horas ainda causa polêmica

A luta pela implantação do turno de trabalho de seis horas em atividades ininterruptas esquentou a cada dia. Apesar de garantido pela Constituição, muitas empresas não respeitam o turno de seis horas. Algumas fábricas pedem longos prazos para adotar a redução da jornada de trabalho, outras tentam burlar o dispositivo constitucional através da interrupção do trabalho aos domingos ou eliminação do revezamento. O turno de seis horas estava entre as principais reivindicações dos grevistas da CSN, mortos por tropas do Exército em novembro.

Dieese, Diesat e Diap organizaram um seminário dia 8 de novembro para discutir os aspectos jurídicos, econômicos e de saúde referentes à adoção do turno de seis horas, em resposta à solicitação do movimento sindical no sentido de debater a questão, formulada durante a IX SEMSAT (Trabalho & Saúde nº 21). Perto de cem participantes, entre técnicos e representantes de sindicatos da área de saúde, química, petroquímica, vidreira, siderúrgica, petroleira, aeroviária e metropolitana concluíram haver necessidade de exigir a pronta implementação do turno de seis horas, com jornada semanal máxima de 33,6 horas.

Para chegar ao número de horas semanais, técnicos e sindicalistas consideraram a necessidade de maiores intervalos entre jornadas para permitir a recuperação do organismo do trabalhador no sistema de turnos alternantes, regime de trabalho responsável por alto desgaste físico e mental. Alguns sindicatos presentes, como o dos Petroquímicos da Bahia e os Petroquímicos de Triunfo (RS), preferem em suas bases a manutenção do turno de oito horas, com ampliação das folgas semanais, por causa da distância dos locais de trabalho a suas casas.

Há diversos tipos de turnos de revezamento. No sistema mais usado, o operário trabalha a cada semana em horário diferente. Assim, ele cumpre seu turno uma semana de manhã, na seguinte à tarde, e na terceira à noite, por exemplo. A variação nos horários de trabalho altera os ritmos biológicos do organismo humano, o chamado "relógio interno". Os ritmos mais afetados são os do sono e do aparelho digestivo, e por isto o trabalhador em turno tem maior tendência a sofrer úlceras e problemas de sonolência e fadiga, com aumento na possibilidade de acidentes no trabalho.



Os operários da CSN pediam o turno de 6 horas

Estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho em 1977 demonstra distúrbios nervosos em 64% dos trabalhadores de turno. Segundo Edith Seligman Silva, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, presente ao seminário, o trabalho em turnos alternantes propicia envelhecimento precoce no trabalhador. Edith condena o trabalho por mais que duas noites seguidas, porque o sono diurno, necessário quando se trabalha à noite, não proporciona a mesma recuperação do sono noturno.

Devido à alternância do horário de trabalho, quem trabalha em turnos tem grande dificuldade para manter outras atividades, como o estudo e o lazer. A mudança freqüente de horário também prejudica o convívio familiar, como prova o alto índice de separações conjugais entre os trabalhadores de turno. O contato com amigos e mesmo com os filhos não ocorre com grande freqüência, porque a folga semanal obrigatória muda a cada semana e apenas a cada sete semanas cai em domingo.

Muitos dos trabalhadores presentes descartaram de cara a proposta de fixar os

trabalhadores no turno, com uma turma encarregada do trabalho à noite, outra à tarde e outra de manhã. Há indústrias, ainda, com intenção de formar nova turma sem contratar pessoal, apenas remanejando os trabalhadores hoje empregados. É a turma "quebra-galho". Com isto, cada trabalhador teria maior carga de tarefas, com sérias repercussões sobre sua saúde física e mental.

Para a jornada de oito horas diárias as empresas precisam de quatro turmas de trabalhadores. Enquanto três delas trabalham, a quarta folga. Para implantar o turno de seis horas, previsto no Capítulo II, artigo 7º, inciso XIV, Título I da Constituição, os sindicatos defendem a contratação de quintas turmas com mesmo número de trabalhadores que as já existentes, para proporcionar descanso ao operário e minimizar os efeitos nocivos do trabalho revezado.

Além das siderúrgicas, muitas outras atividades funcionam sem interrupção, como hospitais, empresas de aviação e fábricas de vidro. Poucas empresas, como a Villares Indústria de Base e a Aracruz, do Estado de São Paulo, já implantaram o turno de seis horas.

PREVIDÊNCIA

76 anos de desfalques a

Instituída em 1923, a Previdência Social a cargo do governo representou verdadeira de trabalhadores. Após diversas modificações, a Previdência perdeu a participação de trabalhadores contribuem à Previdência encontra múltiplas

O surgimento da indústria em São Paulo e Rio de Janeiro, no início do século, provoca aumento das necessidades de infraestrutura urbana, para atender o crescimento da população das cidades, inchadas com a migração de agricultores atraídos pelos salários industriais e expulsos do campo. Grande parte destes trabalhadores é composta por imigrantes italianos, franceses, espanhóis e alemães "fisgados" pelas promessas do governo brasileiro.

Os trabalhadores estrangeiros recém-chegados ao Brasil trazem na bagagem toda a sua experiência de organização operária, treinada em anos e anos de dominação capitalista. Encontram no Brasil péssimas condições de trabalho, tais como jornadas de trabalho de 12 ou mais horas, exploração do trabalho da mulher e do menor, falta de indenização para acidentes do trabalho e muitas outras, com a conivência do governo, que não interfere nas relações de trabalho.

Os operários em luta por melhores condições de vida e de trabalho criam então as Sociedades de Ajuda Mútua, associações voluntárias destinadas a fornecer assistência médica, aposentadoria e auxílio-funeral, além de servir para reunião de trabalhadores. Não há participação do governo nas Sociedades de Ajuda Mútua.

É época de greves, duramente reprimidas pela polícia. Para aplacar a ira dos trabalhadores superexplorados o governo faz pequenas concessões, como a Lei Eloy Chaves, de 1923, criadora da Previdência Social oficial no Brasil, através da institucionalização das Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPs. Os trabalhadores são obrigados a filiar-se à caixa de sua empresa, e contribuir com 3% de sua renda.

As primeiras caixas surgem para os ferroviários, categoria mais organizada na época, como forma do governo controlá-los. A seguir portuários e comerciários "ganham" suas caixas, para as quais a empresa contribui com 1% de sua renda bruta. O governo deveria também entrar com uma parte, mas, como até hoje, sonega sua participação.

Ao contrário das Sociedades de Ajuda Mútua, as caixas não são associações voluntárias de trabalhadores, nem sua administração fica exclusivamente a seu cargo. O superintendente da empresa fica com a administração, ao lado de dois funcionários eleitos pelos operários e dois administrativo, supervisionados pelo governo.

Para centralizar recursos e poder decisório, o governo Vargas institui os institutos de aposentadorias e pensões, um para cada categoria, com direção a cargo de funcionário nomeado pelo presidente. Representantes de empregados participam do colegiado encarregado de assessorar a direção, mas com menor poder de decisão.

A arrecadação previdenciária aumenta cada vez mais, com

a filiação obrigatória. Além disto, um sétimo dos funcionários públicos pertence aos IAPs, gerando enorme poder político. A implantação dos IAPs é gradual, e durante muito tempo convivem CAPs e IAPs, o primeiro deles, o dos bancários.

Os Institutos, tanto por serem criadores de empregos, quanto pelas verbas que possuem, passam a ser motivo de luta política entre os simpatizantes de Getúlio e os seus opositores. Na tentativa de estender a mais trabalhadores o acesso à Previdência e evitar conflitos políticos, Getúlio Vargas propõe criar o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), agregando todos os institutos sob forte controle do governo. O projeto gora na época de Getúlio, mas a idéia persiste até a criação do INPS, em 1966.

Só o Trabalhador dá sua parte

Começa a se tornar pública a crise financeira da Previdência, o aumento dos gastos com assistência médica e ampliação de benefícios, ao lado da sonegação de contribuições do governo e dos empregadores para com os vários Institutos agrava a crise financeira da Previdência. Esta situação piora devido à falta de medidas para se enfrentar o problema das arrecadações.

Em 1948, o valor da dívida do governo aos Institutos correspondia à despesa total de todos eles naquele ano, ou seja, 2 bilhões e 400 milhões de cruzeiros.

Em 1946 o governo, na tentativa de diminuir sua dívida, entrega ações da Siderúrgica Nacional para os Institutos. Mas não toma nenhuma medida que realmente resolva o problema e a cada ano a dívida aumenta.

Em 1950, o presidente Dutra propõe a isenção da contribuição do governo nos moldes tripartite e paritário.

AS APARÊNCIAS ENGANAM

No ano de 1953 ocorre no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Previdência Social, no segundo governo Vargas. João Goulart é o ministro do Trabalho. Nesse evento discute-se basicamente a administração da Previdência Social. Reivindica-se seu controle pelos trabalhadores pois estes entendem que o governo administra mal (nesse período a crise financeira da Previdência Social já está há muito sendo colocada a público; Dutra já havia modificado a sua forma de financiamento e não se fala mais em melhora e ampliação de serviços e benefícios). Quanto aos benefícios, reivindica-se o seguro-desemprego e ambulatório dos IAPs em empresas com mais de 500 empregados. Críticas não faltam, mas de nada adiantam e nenhuma das reivindicações é atendida.

CIÁ SOCIAL

o bolso dos trabalhadores

o retrocesso em relação aos Fundos de Ajuda Mútua, organizados por iniciativas de trabalhadores em sua gestão e, com isto, o dinheiro com que estes mesmos aplicações, poucas delas interessantes à classe operária.

Quando J.K. assume a presidência em 1956, a Previdência Social está ameaçada por forte crise financeira, má administração, escândalos. Brasília, por exemplo, foi construída com o dinheiro desviado dos IAPs. São formadas então comissões para o estudo da reforma previdenciária, baseada na idéia de Getúlio de criar o ISSB. A proposta fica pronta em 1960, através da chamada Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Anunciada como conquista dos trabalhadores, na verdade mantém quase tudo como estava antes, pois os trabalhadores do campo e os domésticos continuam excluídos de qualquer direito. Os sindicatos passam a ter maior influência sobre a gerência dos Institutos, mas apenas os sindicatos menos combativos. Os benefícios são padronizados e alguns ampliados, como por exemplo a criação do auxílio-reclusão. Contudo, ainda são desiguais, ou seja, proporcionais ao salário do trabalhador. Além disso a contribuição dos trabalhadores e das empresas aumenta para 8% e a do governo pelo contrário, fica limitada aos gastos com os funcionários, reduzindo em muito sua participação financeira.

Impossível, Não Pode Ser

O INPS é criado em 1966, dois anos depois dos militares tomarem o poder. De 1960 a 1964, a Previdência tem muita importância política. Os jornais não falam de outra coisa. Há escândalos e crises. O golpe militar de 64 tira ainda mais dos trabalhadores o pouco que os governos anteriores concederam. A estabilidade do trabalhador em seu emprego acaba, substituída pelo vergonhoso Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que sustenta o BNH. O presidente do BNH, Nascimento e Silva, encarregado de realizar nova reforma na Previdência, torna-se Ministro do então Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em janeiro de 67 instala-se o INPS e a tão temida centralização administrativa finalmente ocorre. Como consequência a participação dos trabalhadores torna-se cada vez menor e em contraposição, a representação governamental é cada vez maior. Não faltam propostas de dirigentes previdenciários para a extinção da representação dos trabalhadores com a justificativa de que a Previdência Social é uma instituição estatal. O governo, manipulador e centralizador, considera-se o representante do povo e, sendo assim, "o povo não teria porque participar das decisões".

Com o processo de centralização da Previdência Social, o saldo para o trabalhador é a perda do controle administrativo e financeiro e a não interferência na definição das políticas previdenciárias.

Vê-se, portanto, que das CAPs, passando pelos IAPs, até a implementação no INAPS, tem-se perdas dos trabalhadores que de

sujeitos de uma situação, passam para objetos da atuação do governo o qual, por sua vez, utiliza a Previdência Social, definindo suas políticas, a fim de controlar a classe trabalhadora. Ou seja, o governo usa a estrutura construída pelos trabalhadores e a verba de sua contribuição para controlá-los.

A progressiva expulsão dos trabalhadores da estrutura previdenciária explica em parte o descaso do movimento sindical pela Previdência Social. A maioria dos trabalhadores não percebe que a Previdência é mantida com seu dinheiro e que, quando lesam o sistema previdenciário, na verdade roubam a classe operária.

Os trabalhadores do campo, até então se organizando contra as injustiças que sofriam, através de Sindicatos independentes, são incluídos no sistema da Previdência em 1971, mas com direito aos benefícios pela participação nos Sindicatos oficiais, criados pelo governo.

Empresários da saúde: "graças" ao trabalhador

A administração e as finanças da Previdência concentradas nas mãos do governo, sem representação legítima dos trabalhadores, propicia usar o dinheiro da Previdência Social para enriquecer os empresários da área de saúde. De modo semelhante, quase todos setores privados da economia brasileira receberam privilégios.

Todo o dinheiro gasto com equipamentos sofisticados, remédios fabricados por multinacionais, construção de hospitais e ambulatórios particulares resultou em pouco ou nenhum benefício para os trabalhadores, verdadeiros donos do dinheiro empregado. O atendimento médico sempre foi ruim, e ainda hoje é assim. As filas são constantes e os benefícios pagos pela Previdência são insuficientes.

Em 1974 surge o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - inicialmente a cargo de Nascimento e Silva, responsável pela criação do INPS em 1966, logo após o golpe militar de 64. Depois disto, novos escândalos explodem na Previdência. A Constituição promulgada em 05/10/1988 sinaliza soluções para alguns dos problemas da Previdência e daqueles que dela dependem. Só que o governo não parece muito disposto a cumprir os dispositivos constitucionais. Os trabalhadores mais uma vez esperam, sem reivindicar seus plenos direitos previdenciários. A situação precisa mudar.

Na próxima edição, Custelo da Previdência.

DOS SINDICATOS

Balanco de atividades sindicais na área de saúde do trabalho. Envie o balanço do seu sindicato.

QUÍMICOS DE SANTO ANDRÉ

INICIAMOS o ano com grande mobilização na questão da luta contra a contaminação por mercúrio, com a greve dos trabalhadores da ELETROCLORO em 22 de fevereiro de 1.988 exigindo da empresa maior rapidez na solução dos problemas de contaminação por mercúrio.

Durante todo o período de 88, a COMSAT, com assessoria técnica do DIESAT, acompanhou as medidas de controle ambiental. Fechamos no entanto o ano sem conseguir da Superintendência do INPS, devido à morosidade desta Instituição, os critérios médicos para afastamento, alta e benefícios dos contaminados por mercúrio.

Estes critérios sem dúvida beneficiarão muitos trabalhadores de outras categorias profissionais para que não caiam na vala comum do simples auxílio-doença do INPS.

O Programa de Saúde do Trabalhador do ABC teve durante o ano acompanhamento permanente do Sindicato e esteve funcionando nas Unidades dos Postos de Saúde do Estado, em Diadema, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, vindo a funcionar só no final do ano em Santo André.

Continuou o Programa de formação mensal de Agentes Sindicais de Saúde das empresas e foi realizado um Seminário no mês de abril/88 para a categoria, sobre a atuação sindical na área de saúde.

Obtivemos alguns avanços na área de saúde na nossa Convenção Coletiva, negociada pelo Departamento dos Químicos da CUT do Estado de São Paulo, com a informação dos resultados dos exames periódicos, que até então era verbal, passando agora a ser por escrito a cada trabalhador. Estabilidade aos suplentes da CIPA, estabilidade do doente profissional e estabilidade de 240 dias para o acidentado, incapacitado de exercer suas funções, foram outras conquistas.

Várias explosões e incêndios ocorreram em indústrias da categoria este ano, como a RESIMGEL, ADRIZYL E CBC, demonstrando ser necessária fiscalização mais intensa dos órgãos públicos e a necessidade dos Sindicatos terem a possibilidade de entrar na empresa para acompanhar estas fiscalizações.

Intensificaram-se os processos de responsabilidade civil decorrentes das péssimas condições de trabalho e foram encaminhados diversos processos ao

CRM, quanto à atividade relapsa de diversos médicos das empresas quanto à saúde dos trabalhadores.

Houve a participação da COMSAT com assessoria do DIESAT na 40ª reunião Anual da SBPC em julho/88, com o trabalho de acompanhamento dos contaminados por mercúrio da ELETROCLORO. A exposição do tema da contaminação de mercúrio e a participação sindical foi um dos cem trabalhos mais bem apresentados.

PLÁSTICOS DE SÃO PAULO

1.988 representou um marco na história do Sindicato dos Plásticos de São Paulo, na luta pela saúde e segurança do trabalhador.

A partir de uma *comissão de saúde* formada por diretores do Sindicato, iniciou-se um modelo de atenção à saúde do trabalhador, tendo como base uma visão diferenciada do problema, entendendo saúde com uma perspectiva de *classe social* e dando a esta questão um tratamento coletivo e multidisciplinar no aspecto técnico.

Durante o correr do ano foi formada uma equipe técnica básica composta de 01 médico do trabalho, 10 assistentes sociais e 01 engenheiro de segurança do trabalho.

No dia-a-dia esta equipe procura, além de dar encaminhamentos aos problemas individuais e imediatos de saúde e suas conseqüências trabalhistas e previdenciárias aos que procuram o Sindicato para atendimento na área de saúde ocupacional, promover coletivamente uma discussão sobre as relações entre saúde e trabalho, os direitos dos trabalhadores e tratamento que o modo capitalista de produção dá à questão (trabalhador doente = trabalhador improdutivo = demissão).

Acoplada a este trabalho de conscientização da classe operária, desenvolve-se em conjunto uma ação sindical e técnica nos ambientes de trabalho lesivos à saúde e segurança dos trabalhadores, basicamente por meio de negociações diretas com as fábricas ou em conjunto com a intervenção estatal (fiscalização acompanhada).

Resumidamente tivemos em 1.988:

- a) Atendimento coletivo de saúde
 - 404 trabalhadores
 - 78 fábricas

- b) Fiscalização nos ambientes de trabalho
 - 5.830 trabalhadores
 - 16 fábricas

- c) Cursos para cipeiros (DIESAT)
 - 04 cursos
 - 20 cipeiros

METALÚRGICOS DE OSASCO

O Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Osasco encarou a briga contra a silicose em 1988. Em novembro, o sindicato reuniu-se com onze empresas consideradas das mais problemáticas na região e com a Fundacentro para discutir a doença. Pelos cálculos do sindicato, cerca de 5 mil trabalhadores na região de Osasco trabalham expostos a fatores de risco de silicose. Ford e Cobrasma são as empresas com maior número de problemas.

A diretoria do sindicato avalia em trinta o número de afastados por doenças com emissão da CAT em 1988, principalmente doenças pulmonares. A ação sindical rendeu melhores resultados a partir de 1987, ano em que os registros do INAMPS elevam de 6 para 96 o número de doenças causadas por ambientes de trabalho insalubres na região.

Além da concentração de esforços na silicose, os metalúrgicos de Osasco organizaram reuniões para discutir o atendimento a acidentados do trabalho na região, promoveram seu IX Ciclo de Debates, em julho, e participaram do III Encontro Interinstitucional de Avaliação das Questões de Segurança e Medicina do Trabalho na Região de Osasco, em setembro. Ao longo do ano, o sindicato participou de mais de 50 mesas-redondas para discutir questões de segurança e medicina com empresas da região. Houve cinco edições do boletim "Operário Inteiro", voltado às questões de saúde e segurança do trabalho.

O STIMMEO considera ter havido avanços na participação e conscientização dos trabalhadores quanto aos problemas de saúde e segurança. Em 89, o sindicato pretende reeditar publicações na área de saúde e visitar hospitais, INPS e empresas fiscalizadas no ano passado, para verificar se houve mudanças. No final de janeiro os metalúrgicos devem completar levantamento inédito de acidentes de trabalho na região.

ESTANTE



PESTICIDA?
AGROTÓXICO?
VENENO!!!

50 min. produção 1985 .

Realizado em 1985 pelo Instituto de Saúde e Departamento Regional de Saúde do Vale do Ribeira da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, o vídeo **PESTICIDA?, AGROTÓXICO? VENENO!!!**, apresenta, em cerca de 50 minutos, de forma nua e crua, os efeitos para a saúde e o ambiente do uso dos venenos agrícolas naquela região.

Mostrando as atividades desenvolvidas pelo Programa de Vigilância Epidemiológica das Intoxicações por Agrotóxicos, implantado no Vale do Ribeira a partir de 1984, o filme, através do depoimento dos técnicos que trabalham no Programa, coloca a gravidade para a saúde da população de trabalhadores rurais que aplicam os venenos - e suas famílias - dos efeitos provocados por estes produtos que só têm esta forma de uso indiscriminado em razão da maciça propaganda que fazem as indústrias produtoras, na maior parte delas multinacionais, cujos países de origem proibiram o uso de muitos dos venenos aqui utilizados.

Outro aspecto abordado é a ausência de estudos e pesquisas no Brasil de formas alternativas para controle das pragas que não seja uso destes produtos.

A possibilidade deste controle é evidenciada quando uma agente de saúde que atua na comunidade da região de Iguape mostra a horta existente no terreno da Unidade de Saúde, na qual é proibido o uso de qualquer produto artificial, o que serve de exemplo para os moradores.

Ao lado dos depoimentos técnicos, são focalizadas também entrevistas com trabalhadores rurais que aplicam os agrotóxicos e seus familiares, ocasião em que se percebe a total desinformação sobre os riscos do seu uso tanto para a saúde como para o ambiente, sendo inclusive dramático o depoimento de uma viúva de trabalhador morto em consequência de intoxicação profissional.

Aqui surge um outro aspecto abordado no vídeo que é justamente o motivo da existência do Programa de Vigilância Epidemiológica das Intoxicações por Agrotóxicos, que conta com a participação de técnicos das Secretarias da Saúde, Agricultura e Educação, justamente para dar atendimento médico aos intoxicados e, principalmente, conscientizar sobre os efeitos do veneno e apresentar medidas que evitem tais problemas.

"**PROCUREI** vencer pelo serviço, mas fui vencido pelo serviço". M., como tantos outros migrantes, deixou-se ficar em São Paulo, atraído pela possibilidade de emprego e ascensão social. Ele topou trabalho por três meses na Hervy, indústria cerâmica de Osasco. O emprego lhe traria o dinheiro necessário para seguir viagem para o Mato Grosso. M. tinha 20 anos de idade. Após o período inicial de trabalho, a empresa registrou-o, e M. resolveu ficar. Hoje, 31 anos depois, com silicose, arrepende-se de ter ficado. "Sou candidato à morte no INPS", diz o operário, há dois anos em luta contra a Previdência para receber aposentadoria por Invalidez Acidentária.

A Fundacentro identificou a silicose em M., em laudo usado pelo corpo jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco para requerer o auxílio. Em primeira instância, M. ganhou, mas o INAMPS recorreu da sentença (o órgão é obrigado a recorrer sempre que perde). O problema maior quanto ao processo é a lentidão. "Acho que os homens querem ver primeiro eu morrer, depois eles resolvem. Se por acaso tivesse cometido algum crime, já teria sido condenado", diz M.

A tosse seca, o cansaço físico e as dores, principalmente nas juntas, são as maiores queixas de M., sintomas de silicose sentidos há cerca de dois anos. Perícia na Coordenadoria Regional de Perícias Médicas do INPS de Osasco demonstra perda de 40% da capacidade respiratória.

Bastante ilustrativa é a filmagem de uma reunião feita na comunidade em que os técnicos, trabalhadores rurais e pequenos proprietários discutem a problemática do uso dos venenos agrícolas e na qual se procura aprofundar o debate da prevenção e do controle das intoxicações, mortes e ameaças ao ambiente que produzem. Nesta passagem, ao lado da preocupação do processo de conscientização para o problema, percebe-se que existe da parte dos agricultores um conformismo com a grave situação, demonstrando o longo caminho que se terá de percorrer até que a consciência dos trabalhadores e da opinião pública modifique-se, dada a desigualdade entre a capacidade de propaganda das empresas e a pouca importância que os órgãos governamentais dedicam à questão.

A própria mudança ambiental provocada pelos venenos é percebida por alguns entrevistados, que falam do desaparecimento das cobras, sapos e passarinhos, animais que são inimigos naturais das pragas; mais ainda, percebem que mesmo o uso dos agrotóxicos muitas vezes, ao exterminar uma praga, faz com

Durante exames no Hospital São Paulo, na capital, M. desfaleceu por causa do esforço respiratório. A silicose também prejudica seu trabalho: "Eu aguento trabalhar três dias por semana. O resto é forçado", queixa-se M., que apesar da doença incapacitante continua trabalhando.

Suas mãos não suportam esforços elevados. Ele não consegue ficar em pé muito tempo, nem sentado. Deitado, o corpo todo dói. "Eu durmo três, quatro horas, af preciso levantar, me movimentar e respirar um pouco. Às vezes as pernas travam, o corpo todo dói". Exposto ao pó de sílica por vários anos na Hervy e na Cidamar (outra cerâmica), M. hoje trabalha como prensista na Brimak, metalúrgica de pequeno porte, submetido a pó de ferro. "Em meia hora de trabalho, eu escarro preto", conta M.

M. acredita ter contraído silicose em uma das cerâmicas. A Hervy, por exemplo, não fornecia máscaras aos operários, e só começou a distribuí-las quando companheiros de M. ganharam processos contra a empresa. As indústrias cerâmicas, aliás, respondem por muitos dos casos de silicose registrados no país, como demonstra estudo realizado na cidade de Pedreira, em São Paulo.

Quando receber a aposentadoria, M. pretende mudar-se para o interior de São Paulo, onde tem parentes. "Quando vou para o sítio, fica mais fácil respirar, somem as dores e o peso na cabeça", anima-se M.

outras que lhe são resistentes proliferem e passem a destruir as plantações."

Por fim, o filme entoca a contaminação que também atinge a população das cidades, na medida em que consomem os produtos agrícolas que foram "tratados" com os produtos tóxicos, levantando implicitamente e necessidade de uma "aliança" entre as entidades dos trabalhadores rurais, ainda bastante frágeis e débeis e as entidades ambientalistas e outros grupos organizados da sociedade civil, inclusive sindicatos urbanos.

"Pesticida? Agrotóxico? Veneno!!!" é, portanto, um importante material de apoio para a discussão com trabalhadores, estudantes, comunidades de base, sendo uma denúncia grave do que ocorre na região do Vale do Ribeira, a qual, frise-se, não é das que mais utiliza os venenos agrícolas, mal se comparando com a grandeza do uso de tais substâncias em regiões outras de São Paulo como Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, onde também vêm sendo desenvolvidas experiências de Programas semelhantes aos do Vale do Ribeira e que precisam ser conhecidos pelos trabalhadores rurais.

DAS REVISTAS

Tinta finlandesa causa menos problemas

PINTURAS mecânicas com fundo (primer) encontram uso em estaleiros e em muitas indústrias, em especial as de equipamentos pesados, para proteger da corrosão superfícies de aço durante a produção industrial. Antes da pintura, as placas e perfis de aço são lavados, secados e jateados. A pintura com fundo mantém a superfície do aço limpa, pronta para pintura definitiva, além de proporcionar ambientes de trabalho mais limpos, pela eliminação de ferrugem e outras impurezas.

As chapas pintadas, no entanto, apresentam maior dificuldade para a soldagem e corte com maçarico. Mais grave que isto, o aquecimento da superfície pintada causa a evaporação de substâncias tóxicas ao organismo. As tintas usadas como fundo anticorrosivo são, na maioria, derivadas do zinco, metal altamente tóxico.

O estaleiro Wartsila, na Finlândia, desenvolveu tinta com baixo teor de etilsilicato de zinco, menos tóxica que as demais e mais fácil de trabalhar, segundo Matti Heinari, engenheiro de soldagem no estaleiro. Os padrões finlandeses exigem das tintas para fundo secagem em dez minutos, eficácia no combate à corrosão, possibilidade de uso de outras tintas sobre o fundo e facilidade para corte com maçarico e soldagem. As tintas para fundo não podem liberar vapores nocivos em grande quantidade.

Ferindo as normas, as tintas para fundo interferem com o arco elétrico usado para soldagem e alteram a fusão do material soldado. O arco torna-se irregular e a solda apresenta imperfeições e salpicos. As tintas, vaporizadas quando aquecidas, formam buracos e depressões na superfície soldada. Para imprimir resistência à corrosão, a película de fundo deve ao menos cobrir a superfície do aço. As operações de soldagem e corte com maçarico, por sua vez, pedem superfícies o mais finas possível, coisas difíceis de conciliar.

O gerente do Departamento de Soldagem do Estaleiro Wartsila, Kalevi Heino, diz que na Finlândia o fundo mais usado é a resina epoxi com óxido de ferro, que não permite o uso de solda MAG (metal active gas, ou gás ativo sobre metal). Para permitir seu uso, a chapa de aço passa por raspagem com jato de areia na área a ser soldada. O jateamento de areia pode provocar silicose nos trabalhadores expostos.

Os finlandeses tentam há tempo obter tintas adaptadas à soldagem e corte,

sem bons resultados, segundo o engenheiro Heinakari. As resinas epoxi com pó de zinco, também bastante usadas na Finlândia, apesar da ótima proteção contra corrosão, apresentam alto teor de zinco, capaz de provocar lesões de pele e a "febre dos soldadores", distúrbio caracterizado por sensação alternada de calor e frio, febre, fadiga, dores de cabeça, alienação e convulsões.

Heinakari confessa não ter sido objetivo inicial do estaleiro produzir tintas menos tóxicas, e sim mais adaptadas à soldagem. Mesmo assim, a tinta desenvol-

vida traz menos riscos à saúde por conter menor teor de etilsilicato de zinco. O projeto para desenvolvimento do produto começou em 1984, no próprio estaleiro, com apoio do Centro Finlandês de Desenvolvimento Tecnológico. O técnicos envolvidos escolheram quinze tipos de tintas para fundo, muitas delas com derivados de zinco, e trabalharam em conjunto com os fabricantes.

"As tintas derivadas de zinco foram incluídas no projeto", conta Heinakari, "embora uma série de preconceitos a respeito do zinco e a experiência prévia nos fizessem pensar duas vezes. Nós nos fixamos nos etilsilicatos com baixos teores de zinco durante o desenvolvimento da tinta, nos quais o teor de zinco foi reduzido quase à metade. Os problemas deste fundo na soldagem e corte com maçarico são claramente menores, assim como os vapores liberados, do que os das tintas convencionais com alto teor de zinco", explica Heinakari.

O estaleiro não fez medições para comprovar a diminuição das emanações tóxicas da nova tinta, mas o Instituto Regional de Saúde Ocupacional de Turku, cidade onde fica o estaleiro, comprova a diminuição quantitativa e qualitativa na geração de substâncias prejudiciais à saúde. Heinakari considera o novo fundo como não-orgânico, devido à menor quantidade de compostos produzidos por evaporação.

Embora a nova tinta seja mais cara, requer menor quantidade para cobrir a mesma área, o que acaba por nivelar seu preço ao das tintas comuns. Além disso, os operários não precisam removê-la do aço e não ficam expostos a tantos vapores tóxicos e à poeira dos jatos de areia. O custo de produção cai, pela eliminação de uma etapa no processo, e a superfície soldada apresenta melhor nivelamento.

O projeto, concluído em 1986, continua em aperfeiçoamento. Navios e plataformas para alto-mar fabricados com chapas tratadas com a nova tinta atestam sua eficácia no combate à corrosão. O desenvolvimento da tinta mostra como os trabalhadores podem beneficiar-se de aperfeiçoamentos tecnológicos, caso haja interesse do patronato, tal como ocorre na Finlândia, país com alto grau de desenvolvimento no setor de saúde ocupacional.

Matéria extraída da revista finlandesa *Work Health Safety*, edição 1988.



Garimpo: ouro no bolso, mercúrio na cabeça

O Diesat participou do 1º SINGAR – 1º Seminário Internacional sobre o Garimpo, organizado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Relações Sociais e Universidade do Trabalho do Pará, realizado em dezembro, para discutir os problemas resultantes do uso de mercúrio nos garimpos e outros males causados à saúde das populações da região amazônica pelas precárias condições de higiene. Milhares de trabalhadores morrem na Amazônia, a cada ano, de malária, doença transmitida por mosquitos, cuja propagação é facilitada pela falta de saneamento básico e condições de moradia.

Depois da malária, o maior problema é a intoxicação por mercúrio, facilitada pelo uso indiscriminado do metal para separação do ouro das impurezas. Tanto os garimpeiros quanto suas famílias e mesmo os indígenas da região apresentam alto índice de contaminação por mercúrio. Os acidentes de trabalho são frequentes na região, como desabamentos sobre os trabalhadores nas lavras. Os mergulhadores de garimpos também correm risco constante (ver matéria completa sobre mergulhadores em Trabalho & Saúde nº 19).

Segundo denúncia de Camilo Viana, ecologista e professor na Universidade Federal do Pará, há queima de 130 toneladas de madeira por dia na região, apenas para abastecer fornos de siderúrgicas. O Lago da Batata, antes famoso por sua beleza, hoje recebe 2.300 toneladas de rejeitos de mineração em suas águas. A Amazônia, de acordo com Viana, tem 10 milhões de quilos de peixe contaminados pelo mercúrio dos garimpos. Para o ecologista, a malária, o tifo, a hepatite e outras doenças atestam que o Brasil perdeu o controle sobre a Amazônia que, espoliada, não traz benefícios aos trabalhadores da região. Estes apenas arcam com a poluição. O discurso desenvolvimentista, em seu entender, apenas causa devastação e problemas de saúde.

Representantes da Superintendência de Combate à Malária – Sucam – disseram não ter os equipamentos necessários a seu trabalho, nem mesmo veículos para transporte. Seus deslocamentos dependem de favores dos donos de garimpos. Os funcionários da Sucam denunciaram

também o desvio e contrabando de Nefloquina, medicamento usado para combate à malária. A Caixa Econômica Federal antes financiava a Sucam para manter agentes de saúde na região, mas as verbas foram suspensas por ordem do governo federal.

Milhares de trabalhadores morrem a cada ano vítimas da malária. As condições de vida e trabalho na Amazônia facilitam o contágio. As casas dos garimpeiros, por exemplo, muitas vezes são apenas estacas com cobertura e sem paredes, expondo o trabalhador às "chuvas de mosquitos", verdadeiro ataque ocorrido do entardecer em diante desferido por diversos insetos, entre eles o mosquito transmissor da malária. A Sucam fornecia aos garimpeiros um tipo de tecido leve e barato para improvisar paredes e evitar maior assédio de pernilongos. A suspensão do dinheiro da Caixa obrigou-a a parar.

A DRT e outros órgãos de fiscalização e controle da saúde e dos ambientes de trabalho enfrentam dificuldades até maiores que a Sucam, não tendo nem mesmo a colaboração dos donos de garimpos. A situação é tão grave que Rosa Carmina Sena do Couto, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, encontrou altas dosagens de mercúrio nos cabelos de garimpeiros e seus familiares, em donos de garimpos (em menor quantidade) e mesmo em indígenas da região. Nas proximidades

do Rio Fresco, todas as crianças estão contaminadas por mercúrio.

Luis Manuel Zanundia, assessor da OIT para a América Latina das Normas Internacionais de Trabalho, critica o uso de índios em atividades como o garimpo, proibidas pela Convenção 107 da OIT, ratificada pelo Brasil em julho de 1985. A convenção 107 considera a importância de proteger as populações indígenas, sua cultura e suas terras, e o Brasil constantemente a desrespeita. Os yanomamis denunciam a morte de vinte membros de sua nação em 1988, apenas na área do rio Mucajaú, no Amazonas, contaminados por mercúrio ou doenças levadas por garimpeiros.

Segundo os técnicos e ecologistas presentes, a situação é gravíssima. Para combater os males da exploração indiscriminada da Amazônia, sugerem melhorar as condições sanitárias da população, impedir a ocupação das terras indígenas e incrementar programas de combate à malária, como os desenvolvidos pela Sucam nas localidades de Cumeru e Tucumã, responsáveis por redução de 50% nos casos da doença, a toda a Amazônia. Até mesmo a liberação de mercúrio no ambiente pode ser evitada, com a adoção pelos garimpeiros de aparelhos que reaproveitam o mercúrio depois de aquecido e vaporizado.

FUNDACENTRO ESTUDA MERCÚRIO

A Fundacentro (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Prevenção de Acidentes do Trabalho), órgão técnico do Ministério do Trabalho, organizou o Comitê de Estudos do Mercúrio, para discutir a amplitude do uso do mercúrio e seus riscos nas diversas áreas de atividade. Representantes do patronato, dos trabalhadores e do governo integram o comitê.

A criação do comitê surge após intensa luta dos trabalhadores da Eletrocloro, indústria química de Santo André (SP), que em 1987 contaminou com mercúrio 79 operários (veja Trabalho & Saúde nº 16). O comitê propõe-se a discutir, com abrangência nacional, os riscos causados pelo mercúrio à saúde e ao meio-ambiente. O comitê deve também definir parâmetros de diagnóstico do Hidargirismo e estabelecer os benefícios cabíveis ao trabalhador

contaminado, para uso da Previdência Social

A coordenação do Comitê de Estudos do Mercúrio fica a cargo de Nair Ciochetti de Souza, coordenadora das Curadorias de Acidentes do Trabalho do Ministério Público de São Paulo. Representam os patrões um membro do Sesi, um do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos e um da Abiclor (Associação das Indústrias de Cloro e Soda). Pelos trabalhadores, participam do comitê Remígio Todeschini, dos Químicos de Santo André, Lorival Batista Pereira, dos Plásticos de São Paulo e Nilton Freitas, do Diesat. O governo está representado por Cecília Zavariz, da própria Fundacentro, Francisco de Castro Lacaz, do Suds e Marcília Faria, da Faculdade de Medicina da USP.

Trabalho penoso — conceituação

A nova Constituição, em seu artigo 7º do Capítulo dos Direitos Sociais, prevê o adicional de remuneração para as *atividades penosas*, mantendo também os adicionais por atividades insalubres e perigosas. Acrescenta o texto que elas deverão ser regulamentadas pela lei.

A conquista desse direito é a resposta tardia à reivindicação de pelo menos uma categoria profissional — motoristas de veículos rodoviários — registrada em 1971 no X CONPAT (Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho) pelo representante do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Nova Iguaçu (RJ).

A nível da legislação previdenciária, a existência do trabalho penoso já é considerada desde 1960 pela lei nº 3.807. Esta lei prevê o direito à Aposentadoria Especial aos 15, 20 ou 25 anos de atividade profissional quando esta for considerada, pelo decreto que a regulamenta, *penosa, perigosa ou insalubre*.

Esse decreto, de nº 53.831, de 1964, classifica como atividades penosas aquelas desenvolvidas pelos "professores, motoristas e cobradores de ônibus, motoristas e ajudantes de caminhão, motoneiros e condutores de bondes". Por isso, todos têm direito de se aposentar ao completar 25 anos de trabalho. Aqueles que exercem "trabalhos permanentes no subsolo em operações de corte, furação, desmonte e carregamento nas frentes de trabalho" têm direito a se aposentar após 15 anos de trabalho, porque este é considerado insalubre, perigoso e penoso. Por fim, aqueles que exercem "trabalhos permanentes em locais de subsolo afastados das frentes de trabalho, galerias, rampas, poços, depósitos, etc.", cujas atividades são consideradas insalubres e penosas, têm direito à aposentadoria aos 20 anos.

A legislação espanhola — decreto de 1957 — que regulamenta os trabalhos proibidos para mulheres* e menores, assinala aquelas atividades consideradas penosas. De modo geral, essas exigem *esforço físico*, como é o caso dos trabalhos em escavação, cortes de tronco, forja de metais com martelo, etc. Esta forma de compreensão do conceito de trabalho penoso aproxima-se do que a nossa legislação previdenciária identifica naqueles trabalhos permanentes em subsolo, em operações de corte, desmonte e carregamento nas frentes de trabalho em subsolo, mas não parece ser a mesma que engloba o trabalho do professor, dos motoristas e cobradores de ônibus. Por isso, o conceito de trabalho penoso não deve se restringir apenas àquelas atividades que solicitam *esforço físico*.

Da mesma forma que a legislação previdenciária brasileira e a legislação trabalhista espanhola, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) também concebe o trabalho penoso como aquele que exige esforço físico. Mas aponta também para a noção de que o trabalho penoso implica em *esforço e desgaste mental*, exemplificado pelo risco de acidente e pela organização do trabalho realizado em plataformas marítimas de extração de gás e óleo.

Alguns estudos da área de saúde do trabalhador qualificam o trabalho penoso como causa de *sofrimento e esforço físico*, outros o qualificam como causa de *sofrimento e esforço mental* e outros ainda o qualificam como causa de *sofrimento e esforço físico e/ou mental*.

Se buscarmos o significado da palavra penoso, verificaremos que ela também

qualifica a sensação de incômodo, de dificuldade e de complicação. Caracteriza ainda aquilo que provoca dor, vivência de pena e castigo.

Se adotarmos esses outros significados para compreender o conceito Trabalho Penoso, teremos então que Trabalho Penoso é aquele que provoca todas essas sensações, sentimentos e vivências, além daquelas relacionadas com o sofrimento e/ou esforço físico e/ou mental.

Mas como caracterizar o Trabalho Penoso? Bem, se se trata de situações e condições de trabalho que provocam sentimentos, sensações e vivências, há apenas um caminho seguro de conhecê-las. Trata-se de conhecer o que dizem aqueles que vivem e sentem o esforço, o sofrimento, a dificuldade, a complicação. Significa, portanto, que para conhecermos as condições penosas de trabalho é imprescindível saber o que dizem os próprios trabalhadores, pois são eles que se sentem penalizados e castigados pela condição de trabalho.

Nenhum conhecimento técnico pode substituir a vivência do trabalhador, mas pode, sem dúvida, auxiliar na sistematização e elaboração do conhecimento que o coletivo de trabalhadores têm a partir de sua vivência, trazendo subsídios teóricos. Poderá até mesmo identificar algumas das condições penosas de trabalho através das informações já acumuladas, mas jamais substituirá a experiência dos trabalhadores nesta tarefa.

Cabe ainda ressaltar que, em função da amplitude do conceito de trabalho penoso e da gama de expressões de sofrimento, esforço, dificuldade, complicação, dor e incômodo, a caracterização da condição penosa de trabalho variará muito de situação para situação, de função para função, de categoria para categoria e, por fim, de ramo para ramo.

Isto significa que o trabalho penoso não está restrito àquelas categorias profissionais e atividades laboriais citadas no decreto nº 53.831 de 1964, que dá direito à Aposentadoria Especial.

Esta situação traz ainda para o movimento sindical como um todo a tarefa de discutir, categoria por categoria, as condições de trabalho existentes, bem como realizar um levantamento que possibilite identificar as especificidades das diversas situações e condições de trabalho que se caracterizam como penosas, a partir da experiência de cada trabalhador ou de grupos de trabalhadores que desenvolvam atividades iguais ou semelhantes. Cabe ao movimento sindical encaminhar formas de resolver estas questões de interesse coletivo das categorias.

